

OS IMPACTOS DA MATERNIDADE PRECOCE PARA AS MÃES ADOLESCENTES NO MERCADO DE TRABALHO

Bianca de Oliveira¹

DOI: 10.47283/244670492020080221

Resumo

O presente artigo faz uma análise dos impactos da maternidade precoce em relação à inserção ou reinserção da jovem mãe no mercado trabalho, buscando apresentar estudos sobre mulheres que se tornaram mães no período da adolescência, relacionando a ocasião com o mercado de trabalho e o contexto social que essa mulher está inserida. Por isso, este artigo tem por objetivo apresentar uma análise sobre os impactos causados pela chegada de um filho no período da adolescência, através de uma revisão bibliográfica e de entrevistas realizadas com 11 mulheres que se encaixam no perfil de pesquisa. Para isso foram realizadas entrevistas com mulheres que tiveram filhos entre os 12 e 18 anos. São apresentados relatos das participantes ao longo do trabalho, o que permitiu uma análise mais profunda sobre o tema. Os resultados foram diversos e apontaram que a chegada de um filho no período da adolescência acarretou diversas consequências relacionadas aos estudos, ao trabalho e na conciliação dos papéis de mãe e profissional.

Palavras-chave: Adolescência; Maternidade precoce; Mercado de trabalho.

Abstract

This article analyzes the impacts of early motherhood in relation to the insertion or reintegration of the young mother in the labor market, seeking to present studies on women who reproduce as mothers during adolescence, relating the occasion to the labor market and the social context that this woman is inserted. Therefore, this article aims to present an analysis of the impacts caused by the arrival of a child during adolescence, through a literature review and classification carried out with 11 women who fit the research profile. For this they were assigned to women who had children between 12 and 18 years old. Reports from the participants are needed throughout the work, which makes a deeper analysis on the subject. The results were diverse and pointed out that the arrival of a child during adolescence had several consequences related to studies, work and the reconciliation of the roles of mother and professional.

Keywords: *Adolescence; Early maternity; Labor market.*

¹ Discente do curso de Tecnologia em Gestão Empresarial. E-mail: biancadeoliveira53@gmail.com

Introdução

A gravidez na adolescência, ou seja, aquela que acontece na fase em que a garota apresenta amadurecimento sexual é considerada um fenômeno complexo, que gera impactos socioeconômicos na vida de uma garota. De modo geral, se torna enigmático mensurar as consequências associadas à maternidade precoce, diante do cenário econômico, como a inserção ou reinserção dessa mulher no mercado de trabalho.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera adolescentes indivíduos de 12 anos (completos) a 18 anos, de acordo com o Art. 2º, estendendo-se a idade em casos excepcionais até os 21 anos, de acordo com os Art. 121 e 142.

É notável que haja uma dificuldade e complexidade maior na inserção ou reinserção de mulheres-mães jovens no mercado de trabalho, uma vez que estas possuem questões socioeconômicas relacionadas com a condição de mãe. Os possíveis impactos na vida da mulher que se torna mãe no período da adolescência levantam questões que englobam fatores sociais e econômicos, sendo estas: quais as mudanças e impactos gerados por essa gravidez precoce? Quais as condições apresentadas para inserção ou reinserção desta jovem no mercado de trabalho?

O objetivo deste estudo é analisar os impactos da maternidade precoce em relação ao mercado de trabalho, através da coleta de dados realizada por meio de entrevistas com mães adolescentes. Além disso, o intuito do presente trabalho é verificar fatores socioeconômicos que englobam essa jovem mãe no mercado de trabalho, a fim de apresentar resultados no que diz respeito ao impacto gerado pela maternidade.

A metodologia utilizada neste artigo possui enfoque qualitativo, o qual apresenta a coleta de dados através de entrevistas, realizadas com 11 participantes anônimas que tiveram um filho durante a faixa etária dos 12 aos 18 anos, com o intuito colher relatos sobre a vivência da maternidade precoce em relação ao mercado de trabalho e apresentar os resultados com base nesta pesquisa.

A relevância acadêmica deste artigo está na necessidade de apresentar estudos relacionados ao mercado de trabalho e o papel das mulheres jovens e mães inseridas neste ambiente. Entender este problema social e apresentar dados científicos a respeito reflete na forma com que a situação é vista. O foco social presente neste estudo apresenta o problema enfrentado pela jovem mãe ao ser inserida ou reinserida no mercado de trabalho. É necessário apresentar o contexto social da mulher, da maternidade e da adolescência e fazer uma ligação entre todos os pontos a fim de produzir uma análise sobre os impactos gerados na vida da mulher-mãe jovem e do mercado de trabalho.

1 Maternidade precoce e mercado de trabalho

Com o intuito de trazer maior compreensão do conteúdo a ser discutido neste artigo, bem como a fundamentação dos conceitos que envolvem o mesmo, serão abordados a seguir temas que darão sustentação ao presente trabalho. O referencial teórico é composto por conceitos de adolescência, maternidade precoce, mulher e mercado de trabalho e o perfil socioeconômico de mães adolescentes.

1.1 Adolescência

O conceito de adolescência foi definido em 1974 durante uma reunião da Organização Mundial de Saúde (OMS), tendo como pauta principal a gravidez e o aborto neste período da vida de uma garota. Segundo a OMS (WHO, 2006; *apud* OGIDO, 2011), a adolescência diz respeito ao amadurecimento sexual do indivíduo, que incluem processos psicológicos, estruturação da personalidade e descoberta de formas de identificação no ambiente, deixando

a fase infantil para passar por uma evolução até a fase adulta; este período acontece aproximadamente entre 10 aos 19 anos de idade.

No Brasil, a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, fornecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), leva em conta a pessoa até 12 anos incompletos como criança e pessoas de 12 a 18 anos (artigo 2º) como adolescentes. Vale ressaltar que nos artigos 121 e 142, mediante casos específicos, o estatuto considera o indivíduo adolescente até 21 anos. O presente trabalho busca basear-se a faixa etária de adolescentes conforme determina o ECA.

Ainda que este indivíduo esteja passando por essa evolução até a fase adulta, o mesmo ainda é incapaz de ser completamente responsável por circunstâncias adultas. A partir destes fatores, é possível observar que há relevância neste período de transição do jovem, o qual busca autonomia de escolhas e independência financeira, conseqüentemente, procura uma inserção no mercado de trabalho.

Vale destacar que por conta das características de variabilidade e diversidade biológicas, psicossociais e socioeconômicas que ocorrem durante a adolescência, a idade cronológica, ainda que seja um critério frequentemente utilizado e determinado por alguns órgãos sociais, muitas vezes não é o principal parâmetro em estudos clínicos, populacionais e antropológicos.

Segundo Levinsky (1995) a adolescência diz respeito a uma fase de desenvolvimento evolutivo em que ocorre uma passagem gradual da criança para a vida adulta, de acordo com as condições ambientais e de história de vida pessoal. O autor explica que a adolescência é entendida como uma natureza psicossocial, entretanto, os debates existentes sobre o surgimento desta fase são vinculados à puberdade e ao desenvolvimento cognitivo do indivíduo. Ele explica que esse período é caracterizado pelo modo representado pela sociedade, isto é, em sociedades modernas a adolescência é mais lenta e dolorosa, enquanto nas sociedades primitivas, esse processo é agilizado e atenuado pelos rituais de passagem e pela facilidade em participar do mundo adulto.

Tiba (1985) explica a adolescência como uma fase de desenvolvimento em que não há estabilidade por tempo de duração, porém sempre possui início após a chegada da puberdade. O autor define como uma maturação filogeneticamente programada pelo aparelho reprodutor. A adolescência pode ser definida como uma reestruturação do indivíduo, uma vez que as estruturas psíquicas e corporais sofrem mudanças conflitantes, momento em que as fragilidades, liberdade, autonomia e até mesmo agressividade afloram.

É possível afirmar que a chegada da puberdade, bem como a fase da adolescência, se mostra um período repleto de conflitos para o indivíduo, uma vez que o mesmo passa por mudanças significativas no corpo e no psicológico, gerando diversos tipos de sentimentos e sensações novas. Vale destacar que cada pessoa demonstra um complexo diferente neste processo, uma vez que a adolescência também se relaciona com o ambiente em que o indivíduo está inserido.

Segundo Waldman (1997), a adolescência é um processo que ocorre sem que haja uma escolha ou conhecimento. É um momento marcado por características universais, que busca por independência e identidade. Para ele, o adolescente é visto de forma negativa, como uma pessoa sem controle, sem capacidade de decisão; incapazes. Essa concepção se dá uma vez que a pessoa que está no período da adolescência passa por mudanças psíquicas significativas, que podem alterar o humor de forma drástica.

1.2 Maternidade precoce

A maternidade não corresponde unicamente ao evento biológico, o qual é chamado de gestação, mas sim à vivência de ser mãe, em diversas etapas. De acordo com Spieker e Booth (*apud* SILVA e SALOMÃO, 2003), a maternidade possui vários processos, os quais são

considerados a gestação, o parto, o puerpério ou pós-parto e criação da criança. Ainda que a maternidade possua diversas formas de interpretação, é necessário compreender esse momento como um aspecto, principalmente, social.

Atualmente, a maternidade traz reflexões e conflitos diversos que têm proporcionado estudos e pesquisas sobre condições maternas dentro de uma sociedade contemporânea. A sociedade ainda encara o papel de mãe como um aspecto fundamental de sobrevivência, uma vez que o indivíduo gerado é completamente dependente de outro para sobreviver.

No que diz respeito à gravidez na adolescência, Yazlle (2006) explica que, em alguns países, esta é considerada como um problema de saúde pública, devido às complicações associadas à gestação, ao parto e até mesmo ao recém-nascido, além de fatores sociais e econômicos relacionados à jovem mãe. Sob essa perspectiva, a gravidez na adolescência é encarada como uma situação que altera esse ciclo de desenvolvimento das garotas, uma vez que a partir deste fator, será necessário assumir novas responsabilidades.

No Brasil, a maternidade precoce é considerada um problema de saúde pública, onde é frequente o número de gestações na faixa etária dos 12 aos 18 anos, como determina o ECA. Este fator tornou-se um objeto de estudo após um aumento considerável de nascimentos em mães menores de 20 anos nos anos 90, que foi de 16,38% para 21,24% em 2000, de acordo com o IBGE.

Com o decorrer dos anos, a maternidade na adolescência passou a ser um objeto de estudo, debate, investigação e de atenção de políticas públicas devido ao aumento do índice de casos no Brasil e no mundo. Segundo o relatório *Accelerating progress toward the reduction of adolescent pregnancy in Latin America and the Caribbean*, publicado em 2018 pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) mostrou que a taxa mundial de gravidez na adolescência é presumido em 46 nascimentos para cada mil garotas entre 15 e 19 anos. Já no Caribe e na América Latina, a estimativa é de 65,5 nascimentos para jovens nesta idade. No Brasil, um em cada cinco bebês nasce de uma jovem com faixa etária entre 10 e 19 anos, chegando a 65 nascidos, equivalente a 18% dos nascidos.

Partindo da perspectiva de direitos humanos, uma garota que engravida durante a adolescência, independente das circunstâncias ou ambiente que está inserida, ela é considerada uma pessoa cujos direitos foram prejudicados ou privados. É necessário analisar os impactos gerados a partir desse fenômeno para poder confirmar essa estimativa.

Ainda que haja artigos e estudos recentes que apontam uma redução dos impactos da maternidade precoce com relação ao ambiente socioeconômico que a garota está inserida, tais impactos ainda são considerados negativos, uma vez que, como aponta Harris e Allgood (2009), mães adolescentes podem sofrer limitações nas escolhas de vida por conta dos filhos.

De acordo com o Censo Demográfico (2010), a parcela de jovens mulheres brasileiras entre 15 e 19 anos que não estão inseridas no mercado de trabalho ou não frequentam a escola é maior entre adolescentes que já tiveram filhos em relação às que nunca foram mães. Além do mais, é notável que o percentual de fecundidade entre jovens nesta faixa etária que se declaram pretas e pardas é elevado, chegando a 69%.

Conforme dados do Ministério da Saúde (2020), 66% das gestações em adolescentes são consideradas indesejadas, o que sugere que ocorram devido aos fatores: desinformação, falta de apoio de redes familiares e da comunidade, entre outras. O desconhecimento e falta de acesso de acesso aos métodos contraceptivos disponível no mercado e na rede pública, bem como informações adequadas para a realização de um planejamento reprodutivo e familiar impactam diretamente no alto índice de gestações no período da adolescência.

1.3 Mulher e mercado de trabalho

Para relacionar a inserção de mulheres jovens no mercado de trabalho, Matos e Borelli (2012) explicam que é necessário observar o estímulo e desestímulo da inserção da mulher no mercado de trabalho, para que seja possível realizar uma análise histórica e social, uma vez que o papel de cuidado dos filhos e do lar sempre foi considerado uma atividade exclusivamente da mãe. Estudos sobre a participação da mulher no mercado de trabalho se iniciaram a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), para que fosse possível compreender o movimento feminino de ocupar posições dos homens no mercado de trabalho, deixando, assim, as tarefas do lar e o cuidado dos filhos de lado para se dedicar aos negócios.

De acordo com Hirata (2002), o crescimento da participação de mulheres no mercado de trabalho era um fator que chamava a atenção, tanto nas áreas formais, quanto nas informais da atividade econômica, bem como no setor de serviços. Ainda que haja o aumento da participação da mulher, ressalva-se que essa participação era empregada em locais precários e vulneráveis, e com isso, as desigualdades de salários, condições de trabalho e saúde não apresentaram diminuição e a divisão do trabalho doméstico, dentro do lar dessa mulher, não mudou substancialmente.

Maluf (2012) explica que as mudanças no papel da mulher, no que diz respeito ao contexto social, dão ênfase a uma nova maneira de enxergar a mulher contemporânea. A percepção de que a mulher é um ser frágil e que necessita de proteção é deixado de lado para construir uma postura firme, que exerce seu trabalho e busca por desenvolvimento. À medida que a mulher ganha espaço na sociedade e relevância no mercado, ela participa de uma mudança na estrutura familiar, uma vez que esta deixa a imagem de cuidadora do lar e passa a fazer parte de outro contexto.

As ideias sobre mercado, ainda que façam parte do senso comum, não possuem uma definição clara, uma vez que esse conceito possui diversos significados. Um destes significados estabelece a troca de mercadorias e a realização de serviços, com participação de mão de obra humana e também de máquinas. (VARELLA e PIERANTONI, 2008).

Um estudo realizado por Ramos, Aguas e Furtado (2011), constatou que a participação da mulher no mercado de trabalho apresenta baixo aproveitamento das capacidades da mesma, ainda que tenha passado por diversas evoluções históricas ao longo do tempo. É possível afirmar que isso acontece devido aos obstáculos que impedem que mulheres ingressem nesse mercado, o que agrava o problema da pobreza, por exemplo.

De acordo com Maluf (2012) a relação entre a idade da primeira gestação da mulher e o desenvolvimento profissional escolhido posteriormente por esta é explicada através da faixa etária em que ocorre a gravidez. A gravidez precoce, bem como as restrições específicas relacionadas a ela, em contextos em que o trabalho doméstico não é compartilhado igualmente entre a mãe e o pai da criança, traz dificuldades em relação ao futuro profissional dessa mulher, assim como sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

1.4 Perfil socioeconômico de mães adolescentes no Brasil

Os dados existentes sobre a gravidez na adolescência no Brasil, levantados por órgãos de pesquisa de políticas públicas revelam que esse fenômeno possui relação com as situações de vulnerabilidade presentes no ambiente em que as garotas estão inseridas e que vivenciam a maternidade.

De acordo com Belo e Silva (2004) as características capazes de justificar as inúmeras ocorrências de gestação na adolescência no Brasil estão ligadas aos níveis baixos de escolaridade e renda, desconhecimento do sistema reprodutivo e métodos de contracepção e falta de uma estrutura familiar. Enquanto para Leal (2006), as ocorrências estão correlacionadas aos fatores regionais e sociais, além de aspectos comportamentais que

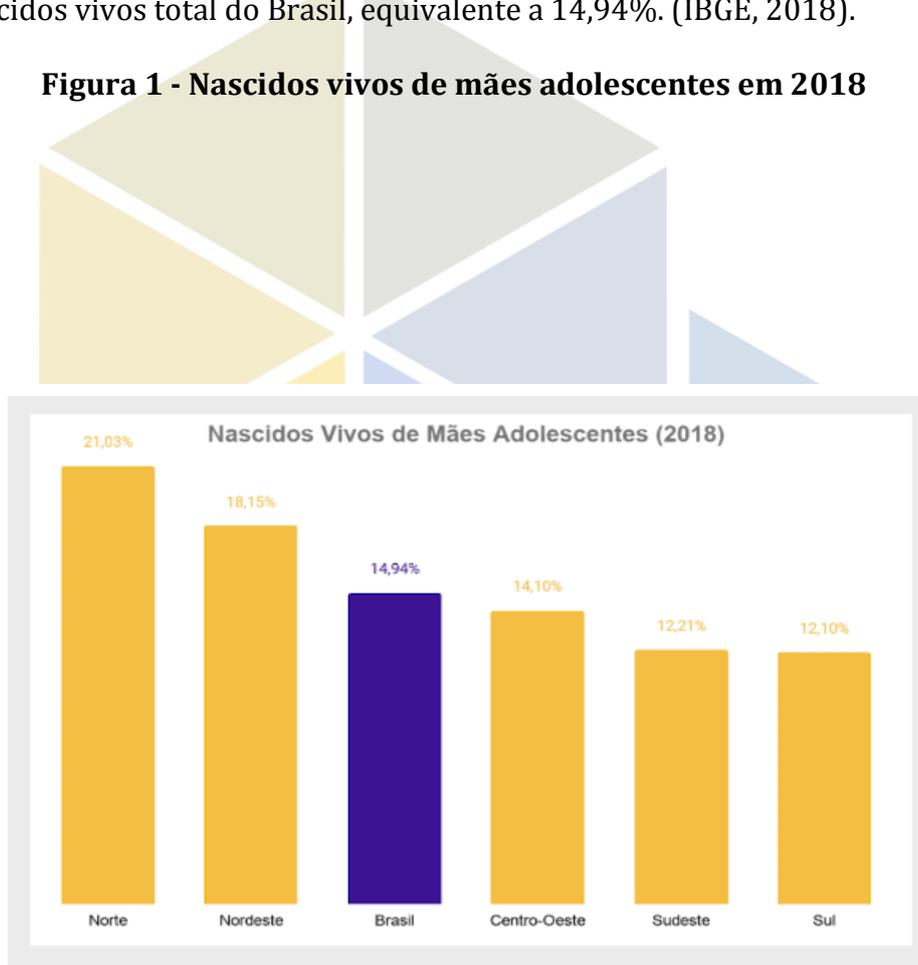
resultam na gravidez precoce. Desta forma, é possível afirmar que os fatores socioeconômicos englobam aspectos como escolaridade, renda e emprego, além de correlacionar a raça de quem está inserida no ambiente ou região.

De acordo com o Censo (2010), 2,9% das garotas com faixa etária de 10 a 17 anos já possuíam pelo menos um filho e uma grande parcela destas mães eram ou já haviam casado ou vivenciado uma união consensual. Ainda referente a essa faixa etária, 1,3% das garotas que nunca viveram com o cônjuge ou companheiro já haviam tido um filho, enquanto que 40,4% das que já haviam vivido com um companheiro tinham ao menos um filho.

De acordo com Santos et al (2017), existem estudos que correlacionam a maternidade precoce com os baixos índices de escolaridade e renda das garotas, além de haver um viés de raça/etnia no fenômeno, com predominância de garotas pobres, negras e/ou indígenas e com menor escolaridade.

No Brasil, no que diz respeito à análise regional, é possível observar que as regiões Norte e Nordeste possuem as maiores taxas de nascidos vivos de mães adolescentes com 21,03% e 18,15%, respectivamente, enquanto o Centro-Oeste, Sudeste e Sul se encontram abaixo da média dos nascidos vivos total do Brasil, equivalente a 14,94%. (IBGE, 2018).

Figura 1 - Nascidos vivos de mães adolescentes em 2018



Fonte:
IBGE,
2018.

É notável que as regiões Norte e Nordeste possuem taxas elevadas de nascidos vivos de mães adolescentes, podendo estar relacionada com a condição de vida das jovens dessa região, o que implica em um menor nível de escolaridade e instrução para contracepção da gravidez.

Em uma análise de um hospital universitário na Paraíba, Meincke *et al.* (2011) observaram que as mulheres que se tornavam mães antes dos 20 anos eram de pele morena e de classe econômica menos favorecida, além de muitas delas estarem fora do mercado de trabalho, com baixo nível de escolaridade e elevada taxa de evasão escolar. É possível afirmar

que esses fatores colaboram para a manutenção e reforçamento do ciclo da pobreza, uma vez que essas garotas possuem poucas condições para sair da situação que vivem.

Observa-se ainda que, de acordo com o IBGE, 69% das meninas que se tornam mães no período da adolescência são consideradas negras (pretas ou pardas) em todo o país, o que demonstra que o fenômeno da gravidez na adolescência impacta principalmente às garotas negras, principal etnia presente nas periferias do país.

Gama, Szwarcwald e Leal (2002) explicam que, no que diz respeito às características demográficas, as jovens que se tornaram mães na adolescência, em comparação às mães que tiveram filhos após essa faixa etária, apresentam os piores níveis instrução educacional, maior incidência de tabagismo, uso de drogas ilícitas e baixo número de consultas de atendimento pré-natal, o que acarreta em riscos de saúde para o bebê e para a mãe.

Santos e Pazello (2012) reforçam as questões socioeconômicas ao fazer uma análise sobre o impacto da maternidade precoce entre as jovens brasileiras, baseando-se nos dados presentes na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992 a 2009, que explicam que a ocorrência de uma gestação no período da adolescência diminui em 19,4% as chances de essa jovem continuar frequentando a escola e 13% a probabilidade da mãe concluir ao menos o ensino fundamental, o que implica na redução de chances de participação no mercado de trabalho.

Dados do IBGE apontam que, no ano de 2013, 88,4% das jovens com idade entre 15 e 17 anos estavam inseridas na escola, enquanto apenas 28,4% das adolescentes com um filho ou mais estavam estudando. Vale destacar que algumas pesquisas apontam que as garotas muitas vezes já haviam abandonado a escola ou possuíam a vida escolar irregular em decorrência da gravidez, sendo assim, o fenômeno da maternidade precoce acentua um cenário precário relacionado à escolaridade dessas jovens.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 1998), existe uma relação negativa entre a taxa de fecundidade e os rendimentos de mulheres entre 15 e 19 anos, relacionando estes dados aos possíveis impactos da gravidez na adolescência com o mercado de trabalho. O IPEA evidencia que entre as pessoas que possuem rendimentos abaixo ou até um salário mínimo, é possível encontrar as mães que tiveram filhos na adolescência.

É notável que a chegada de um filho no período da adolescência acarreta responsabilidades e muitas vezes pode interromper a entrada no mercado de trabalho dessa mãe, uma vez que a mesma é privada de oportunidades em decorrência do filho.

Um estudo realizado por Souza, Rios-Neto e Queiroz (2011) com informações da PNAD dos anos de 1992 a 2007, apontou que ter um filho diminui as chances de mulheres participarem do mercado de trabalho, fazendo parte da População Economicamente Ativa (PEA). Isso reforça que mulheres que possuem filhos estão em desvantagem no que diz respeito às oportunidades de emprego, uma vez que a responsabilidade de cuidado com os filhos ainda é vista como única e exclusiva da mãe.

Seguindo essa mesma linha, Brito e Pimentel (2011, *apud* CRUZ, CARVALHO E IRFFI, 2016) realizaram uma análise com base em prontuários de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) localizada no estado de São Paulo, e apontaram que uma grande parcela das adolescentes que foram mães neste período não haviam conseguido o primeiro emprego ainda, o que resultou em uma dependência financeira por parte dos pais (então avós) e na ausência de experiência no mercado de trabalho, o que implica nas situações econômicas da jovem.

De acordo com Meade, Kershaw e Ickovics (2008), a ocorrência da maternidade precoce também acontece entre gerações, isto é, filhas de mães adolescentes possuem maior probabilidade de também terem uma gestação precoce. Esse resultado partiu de uma análise que os autores realizaram com a Pesquisa Nacional Longitudinal da Juventude de 1997, a qual

constatou que filhas de mães adolescentes estavam 66% mais suscetíveis a se tornarem mães precocemente.

2 os impactos da maternidade precoce

Com o objetivo de analisar as considerações feitas por tais autores, a pesquisa realizada com mães precoces, por meio de entrevistas com 11 mulheres que tiveram filhos na adolescência, visa apresentar relatos que confirmam os tópicos acima, bem como apresenta resultados sobre os impactos acarretados pela maternidade precoce, demonstrada a seguir.

2.1 Características da amostra pesquisada

A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com 11 participantes, residentes nos municípios de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e São Paulo, com escolaridade que varia entre ensino médio completo, ensino superior completo e ensino superior cursando. As entrevistadas tiveram seus filhos entre 12 e 18 anos, atendendo ao perfil de pesquisa do presente trabalho.

2.2 Metodologia de pesquisa

A pesquisa se desenvolveu a partir de entrevistas realizadas baseadas em um roteiro de perguntas e direcionadas às vivências da maternidade e mercado de trabalho das participantes.

Devido ao período de quarentena, ocasionada pela pandemia do COVID-19, não foram realizadas entrevistas e encontros presenciais, respeitando as orientações de órgãos de saúde em relação ao distanciamento social. Todas as entrevistas e conversas foram realizadas por meio telefônico, principalmente através do aplicativo *Whatsapp*, durante o mês de setembro de 2020.

Segundo Sampieti, Collado e Lucio (2013), a metodologia qualitativa utiliza a coleta de dados sem medição numérica ou estatística para descobrir ou aprimorar as perguntas da pesquisa durante o processo de interpretação. A metodologia de pesquisa aplicada neste artigo possui enfoque qualitativo, realizando a coleta de dados a partir de entrevistas, orientadas por um questionário, sobre a experiência individual das participantes.

De acordo com Matias-Pereira (2019), a entrevista pode ser entendida como um método de conversa direta com o objeto de estudo, conduzida de forma metódica, com o intuito de compreender uma condição, de modo que o entrevistador tenha as informações sem que haja dúvidas ou possíveis divergências.

A escolha desta metodologia tem como objetivo expor relatos, ideias e concepções das participantes, com uma abordagem aprofundada, a fim de apresentar resultados sobre o impacto da maternidade precoce no que diz respeito às vivências no mercado de trabalho na vida das entrevistadas.

2.3 Principais mudanças provocadas pela maternidade nos estudos

Nas entrevistas realizadas, nota-se que as mulheres tiveram que interromper seus estudos em decorrência da chegada de um filho na fase da adolescência. As entrevistadas abaixo, identificadas pela sigla dos seus respectivos nomes, apontaram as principais mudanças nos estudos ocasionadas pela maternidade.

“Eu já tinha completado o ensino médio então eu não tive problemas. Mas eu não conseguia entrar na faculdade porque eu fiquei grávida bem na época do vestibular. Eu passei no vestibular, mas eu tive que parar por causa da minha filha.” - P. A. D.

“Na época eu estava fazendo um curso técnico e outro curso, e eu tive que concluir grávida e foi bem complicado porque o transporte público não ajuda e ninguém cedia o lugar no banco. E era difícil conseguir repor aulas. Eu só consegui fazer um curso técnico quando o meu filho não precisava de mim para “fazer as coisas de escola.” Depois que ele entrou no ensino fundamental ficou bem mais difícil. Porque ele precisava de mim, não é todo mundo que ajuda. O pai dele também não ajudava muito nessa parte.” - T. C. A.

“Na época, eu tinha concluído o primeiro ano do Ensino médio. Inclusive eu tinha passado (na prova) para estudar no SESI, só que eles iriam me dar só 3 meses de licença, e depois eu não poderia ter mais nenhuma falta e eu não tinha com quem deixar a minha filha de três meses. Então eu tive que escolher entre ficar um ano sem estudar e dedicar esse ano para minha filha e no ano seguinte, voltar a estudar. Eu decidi cuidar da minha filha e voltei para a escola estadual.” - G. L. M.

“Foram muitas, porque eu praticamente parei de estudar por conta disso; para ser mãe, para cuidar do meu filho. Eu parei tudo. Eu parei de estudar nessa época.” - E. A. G.

As participantes apontaram que houve modificações nos estudos, uma vez que muitas delas tiveram que interromper um curso, o ensino médio ou algo semelhante para se dedicar aos cuidados do filho.

2.4 Consequências para o emprego

Em relação aos impactos causados no emprego, é notável que as participantes sofreram consequências relacionadas ao abandono do trabalho e retirada do mercado de trabalho durante um determinado período. As entrevistadas abaixo relataram as principais complicações causadas na vida profissional das mesmas.

“Na época que eu engravidei, eu trabalhava com a minha mãe que era autônoma, Ela precisou arrumar outra pessoa para trabalhar com ela.” - A. M. S.

“Na ocasião eu parei mesmo de trabalhar, eu pedi a conta porque foi uma gravidez bem conturbada, sabe? Eu passei muito mal então eu saí já. No começo eu trabalhava numa transportadora, no contas a pagar, e eu pedi a conta.” - R. M. C.

“Eu não trabalhava na época mas a minha irmã mais velha trabalhava em uma escola e ela ia sair da escola. Então ela me indicou para substituí-la. Mas mesmo assim, por eu ter um bebê muito pequeno eu não consegui ficar na empresa; eles [empresa] não aceitaram.” - T. C. S. C.

“Na época que eu engravidei pela primeira vez aos 18 anos eu trabalhava na loja desde os 15 anos. E assim que eu voltei da licença maternidade ela [patroa] me mandou embora. Eu fiquei 4 meses de licença

maternidade, trabalhei um mês e em seguida ela me mandou embora com a justificava que ela não queria uma mulher casada, com filhos.” - C. S. P.

“Eu trabalhava em uma loja e a empresa me manteve até eu ter minha filha e logo que eu voltei [licença] me mandaram embora. E eu nunca mais consegui emprego por causa disso.” - P. A. D.

“Na época eu não trabalhava e depois, eu ainda estou desempregada porque eu trabalho com música; eu canto em barzinhos à noite, então não consegui conciliar. Em relação às empresas, eu já fiz entrevistas e inclusive eu percebo; não que seja uma rejeição, mas quando você fala que é mãe, eles perguntam: ela vai para creche? Tem com quem ficar? Já olhando com ‘cara feia’ para mim. Eu acredito que isso seja um dos motivos de que eu não consegui ser bem sucedida nessa entrevista, sabe?! Não só nessa como em outras também.” - G. L. M.

“Eu tive uma entrevista de emprego que eu percebi que a entrevistadora deu uma “recuada” quando eu disse que tinha um filho porque não tinha posto no currículo. Não achei que fosse uma informação relevante para colocar no currículo. Talvez não seja preconceito. Ela pode ter pensado por conta da relação de horário.” - G. F. F.

As entrevistadas apontaram situações vivenciadas em relação ao trabalho após a chegada do filho. É possível observar que as participantes tiveram divergências com os empregos e em entrevistas, levando à demissão em alguns casos.

3.5 Conciliação maternidade e emprego

No que diz respeito à conciliação da maternidade e com o emprego, as entrevistadas relataram as dificuldades apresentadas, bem como a maneira como lidaram com esse momento.

“Olha, porque assim eu tinha que conciliar a casa, a maternidade e o trabalho. Então eram coisas muito simultâneas e quando eu comecei o estágio remunerado, que eu considero trabalho, eu tava no penúltimo ano da faculdade, no finalzinho e tinha trabalho da faculdade, tinha estágio, tinha casa, tinha criança, era bem complicado.” - R. M. C.

“É bem complicado, ainda mais a gente sendo nova. Quando eu voltei [a trabalhar] eu já estava com dezenove anos. Não são várias empresas que aceitam você ser mãe porque tem aquela questão do filho novo de 1 ou 2 anos que sempre está precisando ir ao pediatra. [...] As empresas tinham muito preconceito na época. Porque criança geral realmente um pouco de trabalho: precisa ir ao médico, tomar vacina etc. Consegui trabalhar no que apareceu. Depois consegui voltar a estudar, terminar os estudos mas é complicado!” - E. A. G.

“Depois que eu voltei da licença maternidade, eu trabalhei apenas um mês e não voltei mais. Daí arrumei pequenos empregos. Quando ela tinha dois

anos , se não me engano, fiquei mais oito meses em confecção. Eu não chegava a ficar um ano nesses empregos. Porque não dava por conta dos filhos pequenos.” - E. C.

“A dificuldade que eu tinha era de encontrar quem eu deixar minha filha. Nos dias de hoje o acesso à creche é muito mais fácil do que naquela época. Tinha que fazer um cadastro e às vezes os horários não batiam com o do trabalho. Meu esposo também trabalhava e era difícil. E eu acabava deixando minha filha com a minha mãe.” - J. T. N. N.

As mulheres afirmaram terem dificuldade na conciliação do trabalho com a maternidade, uma vez que se viam sozinhas para cuidar do filho e não obtinham suporte.

3.6 Perspectivas de emprego

As entrevistadas foram questionadas sobre se o atual cenário empresarial funciona ou se este precisa de melhorias em relação ao suporte dado às mães. As mesmas relataram suas perspectivas e apontaram opiniões referentes ao mercado de trabalho.

“Eu acho que deveria haver uma melhora. Apesar de eu ter percebido algumas mudanças, eu acho que deveria ter uma melhora. Tem empresas grandes que tem uma creche na própria empresa. Então eu acho que ainda, apesar das mudanças, as empresas poderiam investir em um trabalho mais, um lugar para os pais onde tenham que deixar as crianças.” - R. M. C.

“Olha é difícil. Porque são duas situações no meu ponto de vista: eu acredito que o Movimento Feminista tenha ajudado bastante na discussão dessa causa. Quando a gente fala do empoderamento feminino, que entra a questão da maternidade, na questão da pessoa se empoderar e não aceitar determinadas coisas infelizmente eu acho que ainda bate de frente com as políticas públicas e com a postura das empresas privadas porque eles visam um lucro. É difícil você encontrar uma empresa que esteja preocupada socialmente.” – C. S. P.

“Eu acho que está complicado agora né? Eu acho que não está fácil não. Tem várias escolinhas particulares, em Sumaré, tipo creche [conveniadas] que você faz cadastro na prefeitura e consegue uma vaga na escolinha. Mas eu acho que tem lugares que não têm onde a mãe deixar a criança. Agora nessa época de pandemia está muito difícil. [...] Eu acho que a empresa poderia colaborar. Tem empresa que tem condição de ter algum lugar para deixar as crianças. Até uma ajuda de custo com as mães ne?! Mas isso não acontece. As mãe querem trabalhar e ter sua independência [financeira] mas não tem onde deixar as crianças.” – E.C.

“Eu acredito numa melhora. Eu acredito que deveriam ser mais flexíveis e se colocarem no lugar dessas mães. Acho que o que falta muito é, no trabalho, no hospital é esse apoio, esse suporte a essas mães jovens. Esse é um assunto pouco falado. É muito complicado você ter um chefe que vá entender a sua necessidade e sua situação. Eu espero muito que a

situação possa melhorar. Para que possamos nos inserir no mercado de trabalho, porque nossos filhos precisam não só de carinho e cuidado, mas também do nosso sustento”. – G. L. M.

“Olha, é uma pergunta difícil porque eu acho que deveria ter uma melhora no suporte sim. Tanto no comercial quanto em tudo. Eu acho que poderia ter um tipo de serviço de monitoria para a criança, tanto para funcionários quanto para os clientes. Como acontece em shopping. Tem várias lojas e poderiam se adaptar um pouco para as mães. Porque muitas mães não têm com quem deixar seus filhos. É sempre uma luta. Dar um pouco mais de atenção a isso.” – G. F. F.

“Eu acredito em uma melhora. Pelo que eu vejo tem algumas empresas dão um suporte extraordinário. A Natura tem uma creche dentro da empresa. Mas eu acho que tem que melhorar muito ainda. Eu ouço histórias de mulheres que perderam oportunidade de emprego porque tem filho pequeno. Ou que na hora da entrevista, como aconteceu comigo, me perguntaram se eu pretendia ter mais filhos. E eu fiquei pensando o que é que isso tinha a ver com meu currículo.” – J. T. N. N.

“Eu acho que precisa melhorar. Quando você contrata uma mãe não pode esperar que ela não seja mãe, e deixe seu filho de lado. Quando você contrata uma mãe você tem que ter consciência que você está contratando uma mãe. E essa mãe tem obrigações com essa criança. No meu caso, eu sou sozinha e eu tenho todas as obrigações: médico, escola etc. As empresas estão muito despreparadas para acolher essas mães. Elas querem o serviço, a mão de obra, mas elas não querem que essas mães sejam mãe e que larguem seus filhos com alguém/ lugar e estejam lá à disposição. É complicado.” – P. A. D.

As participantes apontaram que o cenário empresarial brasileiro precisa de melhorias, uma vez que as empresas não oferecem um suporte adequado às mulheres que possuem filhos, especialmente pequenos.

Considerações finais

A pesquisa se mostrou satisfatória em relação à coleta de dados e aos relatos oferecidos pelas participantes. Os resultados possibilitaram uma análise diversificada e um envolvimento profundo com o tema abordado. As opiniões oferecidas pelas entrevistadas se mostraram semelhantes no que diz respeito às dificuldades enfrentadas na maternidade, bem como suas perspectivas sobre o mercado de trabalho.

As mulheres apontaram que a chegada de um filho no período da adolescência acarretou diversas consequências relacionadas aos estudos, ao trabalho e na conciliação dos papéis de mãe e profissional. É notável que muitas delas se viram sozinhas, sem apoio das empresas e até mesmo dos familiares, que resultou na desistência de atividades, como o abandono dos estudos ou do emprego, para se dedicar aos cuidados do filho.

Mesmo com os avanços dos pensamentos feministas na sociedade, é notável que o papel de cuidado com os filhos ainda é considerado exclusivamente da mulher, fazendo com que ela abandone a vida profissional para se dedicar somente a isso. Pouco se fala da divisão igualitária de papéis e tarefas relacionadas à criança, perpetuando a imagem de “cuidadora do lar e dos filhos” imposta às mulheres. Essa é uma concepção retrógrada e precisa ser

desconstruída socialmente, uma vez que as mulheres se mostram ativas no mercado de trabalho e a responsabilidade dos filhos deve ser dividida de maneira justa.

No que diz respeito à maternidade precoce, se torna fundamental o apoio e a assistência à garota que se torna mãe no período da adolescência no âmbito da saúde e cuidado do filho, e não somente isso, mas também proporcionar um suporte a essa mulher no mercado de trabalho, seja na inserção ou reinserção da mesma neste ambiente, uma vez que muitas dessas mulheres se vejam sem opções e a única escolha é o abandono da profissão para se dedicar aos cuidados da criança.

A sociedade se encontra em uma constante evolução e é preciso repensar os paradigmas impostos às mulheres, principalmente aquelas que se tornam mães. A assistência proporcionada às garotas que enfrentam a maternidade precoce é falha e a volta ou inserção ao mercado de trabalho se mostra injusta, fazendo com que elas não sejam “qualificadas” para ser uma profissional por conta do filho. Faz-se necessário desconstruir essa visão e oferecer um crescimento profissional àquelas que desejam desempenhar seu papel dentro do mercado de trabalho.

Referências bibliográficas

BELO, M. A. V.; SILVA, J. L. P. **Conhecimento, atitude e prática sobre métodos anticoncepcionais entre adolescentes gestantes.** Revista de Saúde Pública, v. 38, n. 4, p. 479-487, 2004.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: Ministério da Justiça, 1990.

CRUZ, M. S.; CARVALHO, F. J. V.; IRFFI, G.. **Perfil socioeconômico, demográfico, cultural, regional e comportamental da gravidez na adolescência no Brasil.** Revista Planejamento e Políticas Públicas, 2016. n. 46. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/567/0>. Acesso em: 02 de Nov de 2020.

FERREIRA, P. M. **A maternidade precoce: tendência e perfis.** Sociologia da Saúde, v. 26, n. 1, p. 63-76, 2008.

GAMA, S. G. N. da; SZWARCOWALD, C. L.; LEAL, M. do C. **Experiência de gravidez na adolescência, fatores associados e resultados perinatais entre puérperas de baixa renda.** Cad. Saúde Pública. 18(1). p. 153-161. 2002.

HARRIS, M.B; ALLGOOD, J.G **Adolescent pregnancy prevention: Choosing an effective program that fits.** Children and Youth Services Review, v. 31, 2009.

HIRATA, H. **Globalização e divisão sexual do trabalho.** Cadernos Pagú, Campinas, v. 17/18, p. 139-156, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 20 de ago de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 21 de ago de 2020.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do registro civil 2014**. Vol. 41, Rio de Janeiro, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil socioeconômico da maternidade nos extremos do período produtivo**. Rio de Janeiro, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2015.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Gravidez na adolescência ocorre mais entre as jovens pobres do Centro-Oeste**. Ano 2, n. 10, p. 1-4, 1998.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Síndrome de Juno: gravidez, juventude e políticas públicas**. In: **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Textos para discussão nº 1335. CASTRO, C.A; AQUINO, L. (Orgs.). Brasília, 2008.
- LEAL, D. M. M. **Impacto da gravidez na adolescência no Distrito da Guarda**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Beira Interior, Covilhã (Portugal), 2006.
- LEVINSKY, D. **Adolescência: reflexões psicanalíticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- MALUF, V. **Mulher, trabalho e maternidade: uma visão contemporânea**. São Paulo: Atheneu, 2012.
- MATIAS-PEREIRA, J.. **Manual de Metodologia Científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- MATOS, M. I.; BORELLI, A. **Espaço feminino no mercado produtivo**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.
- MEADE, C. S.; KERSHAW, T. S.; ICKOVICS, J. R. **The intergenerational cycle of teenage motherhood: An ecological approach**. *Health Psychology*. 2008. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2008-09239-003>. Acesso em: 05 de nov de 2020.
- MEINCKE, S. M. K. *et al.* **Perfil socioeconômico e demográfico de puérperas adolescentes**. *Cogitare Enfermagem*, v. 3, n. 16, p. 486-491, 2011.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Gravidez na Adolescência: Impacto na vida das famílias e das adolescentes e jovens mulheres**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/informe/Informativo%20Gravidez%20adolesc%C3%Aancia%20final.pdf. Acesso em 12 de set de 2020.
- OGIDO, R. **Adolescência, maternidade e mercado de trabalho: uma relação em construção**. USP, São Paulo: 2011.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS); ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF); FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Accelerating progress toward the reduction of adolescent pregnancy in Latin America and the Caribbean**. Disponível

em:

<http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/34493/9789275119761eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y&ua=1>. Acesso em: 29 de set 2020.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD). Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

RAMOS, L.; AGUAS, M. F. F.; FURTADO, L. M. S. **Participação feminina na força de trabalho metropolitano: o papel do status socioeconômico das famílias**. Econ. Apl., Ribeirão Preto, v. 15, n. 4. Dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502011000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 de ago de 2020.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, B. R.; MAGALHÃES, D. R.; MORA, G. G.; CUNHA, A. **Gravidez na Adolescência no Brasil: Vozes de Meninas e de Especialistas**. Brasília: INDICA, 2017.

SANTOS, F. M. ; PAZELLO, E. T. . **Os impactos da maternidade precoce sobre os resultados socioeconômicos de curto prazo das adolescentes brasileiras**. 2012. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_I/i11-cc73a16c8511b695045175c364c5b47a.pdf. Acesso em: 02 de Nov de 2020.

SILVA, D. V.; SALOMÃO, N. M. R. **A maternidade na perspectiva de mães adolescentes e avós maternas dos bebês**. Estudos de psicologia. Campinas: 2003.

SOUZA, L. R.; RIOS-NETO, E. L. G.; QUEIROZ, B. L.. **A relação entre parturição e trabalho feminino no Brasil**. Rev. bras. estud. popul. [online]. 2011, vol.28, n.1, pp.57-79. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v28n1/a04v28n1.pdf> . Acesso em: 02 de Nov de 2020.

TIBA, I. **Puberdade e Adolescência: desenvolvimento biopsicossocial**. São Paulo: Ágora, 1985.

VARELLA, T. C.; PIERANTONI, C. R. **Mercado de Trabalho: revendo conceitos e aproximando o campo da saúde. A década de 90 em destaque**. Physis Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: 2008.

WALDMAN, L. **E Agora? Tenho um filho adolescente**. São Paulo: Mercuryo, 1997.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Adolescent pregnancy. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-pregnancy>. Acesso 15 de ago de 2020.

YAZLLE, M. E. H. D. **Gravidez na adolescência**. Rev. Bras. Ginecol. Obstet. v. 28, n. 8. Rio de Janeiro: 2006.